

O discurso presidencial na manifestação do dia do exército: sentidos de liberdade, democracia e povo

Fernando Miranda Arraz*

Fagner Ribeiro Sena**

Resumo

Este artigo tem como propósito trazer uma reflexão sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), por meio do discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em analisar, a partir de uma abordagem discursiva, uma manifestação ocorrida no dia 19 de abril de 2020, o dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro, que, diante de uma unidade militar do exército, fez um discurso aos manifestantes presentes. A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. Pretendemos traçar um paralelo evidenciando os pontos semelhantes no discurso do período da ditadura militar e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise. O pronunciamento do chefe de Estado, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos políticos, sociais e discursivos. Sendo assim, constata-se que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial examinadas no decorrer desta pesquisa sinalizam de modo inequívoco a natureza autoritária desse discurso que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento em que simula sua representação.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutorando em Letras: Linguística e Língua Portuguesa no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4609-7683>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestrando em Letras: Linguística e Língua Portuguesa no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Presidente. Memória discursiva. Formação Discursiva

The presidential Speech at the Demonstration of Army Day: Senses of Freedom, Democracy and People

Abstract

This article aims to reflect on the concepts of Discursive Formation and Discursive Memory, from the perspective of Discourse Analysis of the French line, (AD), through the speech of Jair Messias Bolsonaro, president of Brazil. The objective of this work consists in analyzing, through a discursive approach, one of the demonstrations, which took place on April 19, 2020, the Army day, in the city of Brasília, and which had the participation of President Jair Bolsonaro who, in front of a military unit of the army, made a speech to the present protesters. The analysis proposal will have as a first step the description of the production conditions and the characterization of the discursive event in question. We intend to draw a parallel showing similar points in the discourse of the military dictatorship period and how this discourse echoes in the speech of the current president, specifically in the event under analysis. The pronouncement of the Head of State, linguistic material to be analyzed, cannot be seen dissociated from a complex whole of political, social and discursive elements. Thus, it appears that the two enunciative functions of the subject of the presidential speech, examined in the course of this research, unequivocally signal the authoritarian nature of this speech that does not hesitate to silence the other-discourse in the same movement that simulates its representation.

Keywords: Discourse Analysis. President. Discursive memory. Discursive Formation.

Recebido em: 02/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

[...] O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido [...] (PÊCHEUX, 1990 p.77).

A proposta da referida pesquisa consiste em analisar uma manifestação ocorrida no dia 19 de abril de 2020, dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro, que, diante de uma unidade militar do exército, pronunciou um discurso aos manifestantes presentes. As manifestações a favor do presidente foram caracterizadas por alguns veículos da imprensa como “antidemocráticas”, tendo em vista que defendem como bandeiras o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional e uma intervenção militar por meio de uma reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em 1968, que marcou o endurecimento do regime da época.

Mesmo com as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades sanitárias decorrentes da covid-19, os meses de abril e maio de 2020 foram marcados no Brasil por manifestações de rua a favor e contra o governo do presidente Jair Bolsonaro. Tornou-se comum o noticiário, em vários fins de semana, especialmente a cada domingo, ser dedicado à cobertura, inicialmente, apenas das manifestações a favor do governo ocorridas em Brasília, muitas destas com a participação do titular do Palácio do Planalto. Em seguida, movimentos

aparentemente reunidos por comando de torcidas organizadas de grandes times de futebol brasileiro passaram a se aglomerar em manifestações intituladas pelos próprios organizadores como antifascistas.

Esta pesquisa tem como propósito refletir sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (daqui por diante AD), com base no discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, realizado na manifestação do dia do Exército. Além das abordagens de Michel Pêcheux, principal teórico da AD francesa, também vamos trazer à tona as perspectivas da AD brasileira, com contribuições das pesquisas de Eni Orlandi.

Conforme Orlandi (2005), a AD se estabelece como um estudo de entremeios, que faz o cruzamento entre as Ciências Humanas e a Linguística. A língua passa a construir os seus múltiplos sentidos, que só pode ser interpretada e “entendida” quando vista pela sua historicidade. Essa historicidade pode ser usada para pensar a própria AD, que surgiu na França na década de 1960, tendo em vista que essa vertente teórico-metodológica buscou opor-se à Análise de Conteúdos, que estava em voga nas Ciências Humanas. Sendo assim, para a AD, o discurso é um local imbricado e nebuloso, que deve ser ponderado.

O campo discursivo, para Pêcheux, é edificado a partir dos conceitos: história, sujeito, língua, ideologia, sentido e discurso. Nessa perspectiva, a linguagem representa a materialização do discurso dentro de uma exterioridade, que é social. Nesta, cada sujeito está ocupado de uma posição não fixada, mas determinada por sua inscrição ideológica. O discurso tem a língua como o seu objeto, porém ele não se desvincula de sua materialidade (a ideologia). Dentro dessa materialidade, os sujeitos assumem

várias posições de classe. Dessa forma, a AD vislumbra questões teóricas sobre o percurso que o sujeito realiza durante o discurso e busca compreender os sentidos que lhe são atribuídos conforme sua inscrição ideológica, que não está desconectada de sua historicidade. No quadro teórico da AD, entende-se que, na base das práticas discursivas de um sujeito, sempre se fazem presentes processos de retomada (INDURSKY, 2013).

Isso posto, compreendemos que o sentido está ligado à posição que o sujeito ocupa no discurso e na sua relação constitutiva com as formações discursivas¹ que o constituem. Ele está construído a partir das condições sócio-históricas e ideológicas de sua produção. Logo, as palavras só farão sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, pois o sentido é determinado histórica e ideologicamente. A AD surge com o intuito de integrar aos estudos da linguagem aspectos como o sujeito e a história, relacionando língua e discurso.

A Análise do Discurso relaciona língua e discurso. Em seu quadro teórico, o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso (ORLANDI, 2007, p. 22).

Na concepção pecheuxtiana, o discurso funciona, desse

¹ A noção de Formação Discursiva (FD), tomada aqui na acepção de Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso (AD), é entendida pelo autor como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 160). Já a ideologia “interpela os indivíduos em sujeitos [...] de seu discurso [...]”, ou seja, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina [...]” (PÊCHEUX 2009, p. 162-163). E Pêcheux explica que “a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

modo, a partir do sujeito falante, do mundo em que ele está inserido, tocando nas questões do modo social, envolvendo práticas culturais e de outras naturezas. Assim, o discurso se atrela a um sistema de representações de valores, de ideias e, principalmente, de práticas sustentados pelo sujeito falante. Na teoria do discurso pecheuxtiano, o discurso é percebido como opacidade. Segundo Orlandi (2005, p. 10), Pêcheux “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação [...]”.

Sendo assim, a AD não se fez em um campo de estudo homogêneo, uma vez que as construções teóricas pecheuxtianas e as suas reconstruções tiveram como base as relações teórico-metodológicas da Linguística e do materialismo histórico e, a partir dessas, foi cunhado o seu conceito de discurso. Isso ocorre naturalmente, mesmo que o falante não tenha sequer consciência dessa operação discursiva.

2 Formação Discursiva

Para abordar a referida temática, vamos refletir sobre duas noções caras para a AD: Formação Discursiva (FD) e Memória Discursiva (MD), adotando uma posição pela apreciação da atualidade, arguindo o que nos parece evidente, cristalino e com uma possível demonstração no funcionamento político, para abranger as contradições do/no discurso. Sendo assim, além de trabalhar o conceito de FD pretendemos também analisar a operacionalização da categoria de memória discursiva.

O conceito de Formação Discursiva, daqui por diante FD, ainda não é um assunto pacífico entre os pesquisadores da AD. Desse modo e para que fique bem elucidativo é possível que encontremos, em textos teóricos/metodológicos, diferentes saberes e exposições dentro de uma mesma FD. Foucault e Pêcheux utilizam a noção de FD para embasar seus desenvolvimentos na AD. Para Foucault, trata-se de uma noção que dá conta das contradições internas do próprio discurso, da própria maneira de ver seus objetos, diferentemente de Pêcheux, que trabalha essa noção por meio de processos de identificação e de assujeitamento, o que prolifera em quantidade a presença das formações discursivas. No entanto, entre Pêcheux e Foucault há diferenças fundamentais que levam o leitor para caminhos diferentes. Cada autor demonstra a noção de FD mediante uma localização diferente em sua teoria ou procedimento, principalmente pela presença da noção de ideologia na obra de Pêcheux, herança do trabalho de Althusser, e de sua respectiva dependência das noções de assujeitamento e de interpelação. Sendo assim, ressaltamos que, neste artigo, vamos trabalhar com as noções de FD e de Memória Discursiva com contribuições de Pêcheux e de Orlandi.

Nos moldes pecheuxtianos, a FD também tem um princípio regulador, mas sua característica principal é a heterogeneidade. Ademais, diferentemente de Foucault, que descarta trabalhar com a questão da ideologia nas FDs, Pêcheux (2009) afirma que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. E, como exposto, a FD é a ideologia que direciona os sentidos. Com isso, é possível asseverar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas, sim, é determinado pela FD na qual se inscreve, pois uma FD é “aquilo

que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desse modo, vale salientar que os sentidos são dados dentro das FDs. Logo, pode-se admitir que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). O lugar, portanto, no qual os sentidos se constituem é a FD, e eles se constituem a partir de posições-sujeito dentro dessas FDs. Assim, é nesse lugar teórico que se constituem as modalidades de desdobramento da forma-sujeito. Cabe destacar que uma FD é heterogênea a ela própria, uma vez que o seu fechamento caracteriza-se pela ausência de estabilidade. Além disso, esse fechamento não é consistente com um limite traçado de forma categórica e se desloca em função de embates de luta ideológica.

A FD é responsável por estabelecer a identificação do indivíduo interpelado em sujeito, para que se torne sujeito do discurso (e da formação discursiva específica que o interpela). Por meio da noção de interdiscurso, as junções e as articulações de mais de uma formação discursiva são expostas, existindo, assim, a possibilidade de contraidentificação com seu sujeito. A compreensão da noção de FD na AD pode contribuir significativamente para modificar algumas situações. Essa compreensão subentende o reconhecimento do discurso como efeito de sentidos entre locutores, o que também implica assumir a não transparência da linguagem e admitir a relevância das condições de produção na constituição do discurso, condições essas que são, ao mesmo tempo, materiais, sócio-históricas e imaginárias.

Ao falar em FD, Orlandi (1999) a considera uma noção básica, mas também polêmica. A autora reforça a ideia de que o sentido não existe em si. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A autora ainda acrescenta:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja [...] (ORLANDI, 1999, p. 43).

Dessa forma, o fato de situarmos a FD na origem de determinado discurso consegue restringir os sentidos, facilitando o direcionamento da interpretação. No entanto, a localização da FD não é, certamente, garantia de um sentido único para o que se diz ou escreve. E, para ampliarmos a conceituação dessa noção, lembramos também a importância das relações de poder que ela subentende na vertente da análise do discurso a que estamos nos referindo. Conforme contribuição de Orlandi (1994), as FDs não são regiões fechadas e estabilizadas. Elas são atravessadas por diferenças, contradições e movimento. No entanto, para a autora, também:

[...] são um princípio de organização para o analista e são parte da constituição dos discursos e dos sujeitos. As formações discursivas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítio de significância (na relação com a diferença), assim como se tem

necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente (ORLANDI, 1994, p. 11).

A noção de FD, logo, tem um trajeto específico como ferramenta de análise, já que serviu para Pêcheux como delimitação das práticas e como fortalecimento da noção de condições de produção do discurso. Assim sendo, para entender o efeito do outro sobre o discurso, a FD é considerada peça-chave, conforme é possível observar, a seguir, por meio da noção de memória discursiva.

3 Memória Discursiva

Dentro dos postulados da AD, cada sujeito, na produção de um discurso, promove uma relação desse discurso em formulação com a memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram, de fato, ditos. Pêcheux afirma que

a memória discursiva seria aquilo que [...] vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A Memória Discursiva, daqui por diante MD, tem um papel delicado na AD, uma vez que Pêcheux precisa analisar o acontecimento discursivo, as mudanças que ocorrem num

discurso e as novas significações que um acontecimento histórico invoca por meio das novas séries de enunciados que se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente. A memória discursiva, ou interdiscurso, considera “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada [...]” (ORLANDI, 1999, p. 31).

O sujeito da AD é portador da certeza de ser origem do discurso. Nesse âmbito, o conceito de sentido é fruto do coletivo. Logo, ele é formado por uma rede de memória. Essa condição lhe dá uma noção de naturalidade que esconde a opacidade das suas manifestações. A compreensão da MD diz respeito à repetição de enunciados, separando e elegendo aquilo que, de fato, dentro de uma contingência histórica específica, pode ser atualizado ou rejeitado em um novo contexto. É justamente na MD que nasce a possibilidade de toda FD produzir e operar formulações anteriores que já foram feitas e enunciadas. Em outras palavras, a MD permitirá, na infinita rede de formulações (existente no intradiscurso² de uma FD), o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem às FDs posicionadas historicamente. Dessa forma, os sentidos são condicionados pelo modo como os discursos se inscrevem na língua e na história, conseguindo, assim, significar. Ou seja, o discurso significa por sua inscrição e pertencimento a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do enunciador. Prova disso é o fato de que, ao nascermos, o discurso já está em processo, e somos nós que entramos e nos ajustamos nesse processo. Portanto, podemos entender que a

2 A forma como a textualidade se deixa comprometer com esse tipo de hegemonia é localizada no que Pêcheux (1997) chama Intradiscurso, o discurso que opera sobre si próprio, que se caracteriza por possuir dois traços distintivos.

própria “incompletude” é condição e característica da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão prontos, nem, muito menos, acabados.

Já que um discurso é sustentado por outros e aponta para o futuro, os sentidos são produzidos a partir de posições. Nesse contexto, a MD é presumida a partir de um momento sócio-histórico, fazendo que o sujeito “migre” de uma situação empírica para uma posição discursiva. A MD transpõe sentidos presentes pelas ausências e está sempre em jogo, sempre ativa e com sentidos deslizantes e mutáveis guiados pelo esquecimento. Assim, Pêcheux (1999) afirma que a memória como uma estrutura de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e de regularização, seria aquilo que, diante de um texto, nasce como acontecimento a ler. Para o referido autor, a memória é móvel e inconstante, e a MD, dentro do discurso, assume duas funções que operam de formas contrárias entre si, pois, se, por um lado, retoma o passado, por outro, elimina-o. Assim, formula-se a ideia de que os discursos não se apresentam prontos, nem acabados. É por meio da MD que os nossos saberes ganham sentido, mas esse sentido deve ser pensado como uma construção sócio-histórica datada e rememorada.

A MD pode ser considerado como um apoio semântico de um discurso, seu funcionamento se dá pela reprodução de enunciados que forma uma “harmonia” discursiva. Esta, por sua vez, invoca significados por intermédio dos pré-construídos estabelecidos nas séries enunciativas. Dessa forma, pensar em MD supõe incluir o sujeito e o discurso nessa trama, pois, conforme relata Orlandi (2017), o sentido só se produz quando há sujeitos e quando estes produzem discurso em determinada

conjuntura histórica. Portanto, a memória reconstrói-se a partir de lacunas que são preenchidas pelo imaginário, interiorizado pelo sujeito, por meio das vivências forjadas nessa experiência do comum. Essas vivências assumem sentido de veracidade, mas não possuem possibilidade de serem remontadas de forma completa, já que elas têm relações diretas com o esquecimento. O discurso sobre o passado se estabelece fragmentado e com necessidades de completude, preso a consensos formulados e impostos aos sujeitos que compartilham do mesmo tempo e discurso, portanto forjado e moldado pela MD.

Assim, o conceito de MD está ligado a uma recorrência de enunciações, na qual ocorrem escolhas que são eleitas por aquele que o “eu” rememora, dentro de uma necessidade histórica que é singular ao seu momento de rememoração. Tal discurso, ao mesmo tempo em que forja uma MD, impõe o esquecimento de outro discurso. Portanto, atende a uma necessidade, mas pode ser renegado em uma nova posição discursiva, e tal fenômeno abre espaço para a produção de um número ímpar de peculiaridades de efeitos e de sentidos dentro do discurso.

Seguindo esse viés, a MD busca reconstruir enunciações, por meio de operações controladas que retomam sentidos e formas de difusão. Esses sentidos e formas de difusão impõem significados ao discurso que são retomados pelas relações de choque e de convergência entre as MDs dos sujeitos que enunciam o passado. O discurso só significa algo porque está inscrito e possui uma FD que é histórica e que não está presa aos desejos daquele que enuncia.

Conforme Indursky (2013), é a MD, na condição de categoria de análise, que permite acompanhar a trajetória de um enunciado, suas repetições, bem como suas transformações.

E, certamente, tanto as retomadas como seus deslizamentos subjazem às práticas discursivas do sujeito. Ela constitui o lugar em que as “evidências” dos sentidos materializam o funcionamento da ideologia, tornando possível, assim, captar sua reprodução bem como seus deslocamentos. A referida autora relata que o sujeito, por sua vez, ao identificar-se com uma FD, também passa por um processo semelhante: identifica-se de forma inconsciente e fortemente lacunar com os saberes da memória discursiva, ou seja, sua identificação também é da ordem da incompletude. Essa memória não é individual nem plena. Courtine (2014), ao tratar da noção de FD e da memória discursiva que nela se constitui, considera que essa memória é lacunar, marcada por interditos, esquecimentos e recalcamientos.

Sendo assim, a FD, assim como a MD, constrói-se com base na sua historicidade e esta se relaciona com a interdiscursividade, que é formada por memórias sociais constituintes de uma FD. Essas memórias sociais são constituintes da MD e resultantes dos Aparelhos Ideológicos de Estado; acompanhadas do intradiscorso, elas são formadas pela atualidade do discurso e pelas suas relações com o presente.

4 Análise e discussão

A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. O pronunciamento do presidente, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos políticos, sociais e discursivos. A observação inicial aponta para FD semelhante ao que o trabalho de Indusky (2013) analisou sobre o período

da ditadura militar brasileira. Pretendemos traçar um paralelo demonstrando, na medida do possível, os traços semelhantes com o discurso daquele período e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise.

Apresentamos, a seguir, o trecho do pronunciamento do discurso presidencial (que chamaremos de DP) proferido em 19 de abril de 2020 e que analisaremos:

DP: **Nós**³ não queremos negociar nada. Acabou, acabou a época da patifaria. É agora **o povo no [...]**. Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês**. Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro**.

As palavras em negrito são os termos que chamaram a nossa atenção. Sendo assim, é a partir deles que pretendemos iniciar a análise. Recorremos a Indursky (2013), quando ela analisa o referente discursivo **NÓS** no discurso presidencial do período militar. A autora identifica cinco formas regulares do referente: 1) Chefe do Executivo; 2) sistema, regime, estado e revolução; 3) governo, gestão, administração, conjunto de instâncias de governo; 4) a coletividade dos brasileiros; 5) o presidente e um segmento da sociedade (Forças Armadas, Partido, revolucionários, imprensa etc.). Nessa mesma linha, a autora mapeia a incidência da palavra **POVO** também com cinco sentidos possíveis: 1) classe média, classes produtoras, militares, revolucionários (os que apoiam a revolução); 2) classe

³ Todas as expressões que estão em negrito são destaques dos autores, uma vez que as aspas já estão sendo utilizadas para a análise em si.

trabalhadora; 3) coletividade dos brasileiros; 4) sociedade civil organizada; 5) massa de manobra política. A análise leva a autora a concluir que o NÓS político funciona como uma “não pessoa discursiva” e o POVO funciona como “o outro” do discurso. A questão que se nos apresenta é a de averiguar em que medida essa formulação da autora pode ser deslocada para procedermos com a análise que propomos, ou, por outro lado, em que medida esse pode ser um caminho para descrevermos quais são os sujeitos e o modo como caracterizá-los.

Para Orlandi (1999), no gesto analítico em AD, distinguem-se três etapas básicas: a primeira, a passagem da superfície linguística para o texto (discurso); a segunda, a passagem do objeto discursivo para a FD, e, por último, o que vai do processo discursivo às Formações Ideológicas (FI). Em “Nós não queremos negociar nada [...]”, a terceira pessoa funciona como um momento de fusão dos referentes 1, 2 e 5 acima descritos. Isto é, trata-se do chefe do Executivo, o sistema (regime ou revolução cultural bolsonarista) que o presidente representa e esse segmento que o apoia e que defende o fechamento do Congresso, do STF e uma intervenção militar ou um novo AI-5.⁴ Nota-se, por outro lado, a clara exclusão dos referentes 3 e 4 no discurso presidencial. Ou seja, em vez de falar pela coletividade dos brasileiros e em nome das instituições, esse “nós” circunscreve e restringe essa parte que o presidente busca representar.

O excerto “É agora **o povo no poder** [...]” nos remete ao que diz a Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição [...]” (BRASIL, 1988). Se o poder emana do povo por meio dos seus representantes e se os representantes

⁴ A manifestação em análise foi marcada por cartazes, palavras de ordem como dizeres como “Intervenção Militar já!”, “Pela volta do AI-5”, “Fora Rodrigo Maia”, “Fora STF!”.

são eleitos regularmente para o Congresso Nacional a cada quatro anos, o advérbio de tempo “agora” refere-se ao momento específico a partir daquela manifestação, ou a partir da eleição de 2018? Cumpre ressaltar aqui que as manifestações pedem o fechamento do Congresso e do STF pelo fato de essas instituições terem tomado medidas que supostamente limitaram a ação do presidente em relação à condução das medidas de distanciamento social e econômicas na crise da covid-19.⁵

Em “Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês** [...]”, aparece a contraposição direito *versus* obrigação; não se trata de deveres, mas de obrigações. Quais os sentidos possíveis entre o “de vocês” e o “nós” dito mais adiante? Quem são esses “vocês”? São aqueles manifestantes que defendem o fechamento do Congresso e do STF? Se todos são iguais perante a lei, em direitos e deveres, seriam aqueles que se manifestam e que apoiam o presidente providos de outros direitos não inscritos na lei?

Já em “Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro** [...]”. É importante destacar que o funcionamento dos pronomes possessivos “seu” e “nossa”, que se repetem como uma marca no discurso presidencial⁶ reforça a perspectiva de que Jair Bolsonaro busca construir, permanentemente, um processo de identificação com seus apoiadores e de desidentificação com as instituições que

5 É uma doença causada pelo SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Os sintomas da covid-19 podem variar de um resfriado, até uma sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza e uma pneumonia severa.

6 Uma radiografia do funcionamento dos possessivos no discurso do Presidente Jair Bolsonaro daria um bom objeto de observação, principalmente pela repetição. Na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, por exemplo, Bolsonaro fala em “mudar a segurança nossa no Rio”. Esse “nossa” talvez seja o ponto que instala a ambiguidade na fala.

compõem os poderes constitucionais. O “todos”, por exemplo, não fala da coletividade dos brasileiros, mas, sim, de deputados, de senadores e de ministros do STF, como submissos à vontade de uma parte do povo, que é aquela que apoia o presidente. Quando o presidente fala “nós não queremos negociar nada”, significa que nega um dos fundamentos da democracia liberal, que é a negociação política entre os poderes instituídos. A negociação e a mediação estão na base do regime democrático. Em seguida, quando diz “agora é o povo no poder”, o chefe de Estado parece remeter à ideia de democracia direta, na qual o povo decide os rumos do Estado.

O processo discursivo, nesse contexto, é entendido como “sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 149).⁷ É por meio dos processos discursivos que o analista consegue demonstrar que o discurso sempre se refere a outros discursos. Na primeira etapa, cabe ao analista, em contato com o texto, ver nele a sua discursividade, desfazendo, dessa forma, a ilusão de que aquilo que foi dito somente poderia ter sido feito daquela maneira. É nesse exercício que é possível configurar e descrever relações entre diferentes FDs, o que é determinante para a nossa pesquisa. Em seguida, a partir do objeto discursivo, é necessário relacionar as distintas FDs identificadas na etapa anterior com as FIs às quais é possível perceber que se vinculam. É nesse procedimento que se chega aos processos discursivos, que são responsáveis pelos efeitos de sentido, segundo Orlandi (1999). A partir desse estágio, o processo analítico entra no seu momento mais complexo, que, além dos mecanismos

⁷ No livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, Orlandi analisa um cartaz da eleição para Reitor da Unicamp e demonstra o processo discursivo palavra de ordem “VOTE SEM MEDO”.

parafrásticos, incluem também os efeitos metafóricos, que são processos semânticos que operam transferências de sentidos.

Conforme Indursky (2013), o item lexical “povo” serve para examinar o modo como o sujeito do discurso, ao representar o outro, assume funções enunciativas específicas – de porta-voz e de mediador. É preciso salientar que, por meio dessas funções, “povo” é apenas mencionado, produzindo-se, por conseguinte, um discurso “sobre” o povo em substituição ao discurso “do” povo, pois reflete fortemente as formações imaginárias que presidem o discurso em pauta. Cabe destacar que o discurso presidencial tem a intenção de construir um povo que referencia aqueles que se opuseram às diretrizes do governo anterior, organizando-se no sentido de derrubá-lo.

O termo “povo” constituiu em um verdadeiro instrumento político, pois seu sentido historicamente construído vem ao encontro do jogo ilusório que a enunciação desse discurso produz. Em que pese o exposto acima sobre a articulação entre os saberes materializados no discurso e aquilo que lhe é exterior e constitutivo, a partir de uma relação de memória, a qual – no âmbito da AD – implica um esquecimento que não é de origem cognitiva, mas social, consideramos pertinente trazer a formulação realizada por Indursky (2011) a esse respeito:

Isso ajudará a compreender melhor a relação de sentidos a qual subjaz ao discurso em análise, bem como as relações de paráfrases as quais sustentam os efeitos de sentidos que emergem da articulação entre as formações discursivas e as ideológicas. Ao refletir sobre memória, a autora afirma que se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados [...] (INDURSKY, 2011, p. 4).

A democracia está presente no discurso de todos os presidentes do período militar. A chamada Revolução de 1964 deu-se para salvar o Brasil da ameaça comunista representada pelo governo João Goulart. Para Indursky (2013), o tema está muito presente na fala dos presidentes do período autoritário para, inclusive, forjar uma imagem do democrata, mesmo com ações abertamente autoritárias.

Terminamos a nossa análise destacando a discussão de um tema que tem pautado as discussões política e jurídica na atualidade e que está no centro do nosso trabalho. Trata-se da evocação do discurso em defesa da liberdade. São inúmeros episódios que têm sido pautados por essa tão estimada liberdade, como os que podem ser encontrados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI das *Fake news*⁸ em funcionamento no Congresso Nacional, no inquérito que investiga as ameaças aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e, mais recentemente, nos embates entre poderes e entes federativos sobre as atribuições para determinar medidas de combate à covid-19. Em todos esses episódios, o tema da liberdade foi pano de fundo: a defesa da liberdade de expressão que autoriza o cidadão a divulgar ou não notícias falsas, a liberdade de expressão como liberdade para atacar as instituições, a liberdade de ir e vir contra as medidas de distanciamento social.

Ao longo dos séculos, a liberdade mobilizou grupos e povos em torno de causas completamente antagônicas. Entendemos que essa pode ser a razão pela qual a palavra “liberdade” sempre é acompanhada de um complemento. Não existe liberdade em geral, uma vez que ela é sempre condicionada. Na Constituição

8 Com a difusão das redes sociais e do aumento das interações que ocorrem por intermédio delas, a imprensa internacional começou a usar com mais frequência o termo *fake news* durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, na qual Donald Trump tornou-se presidente. *Fake news* é um termo em inglês e é usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

Federal do Brasil, por exemplo, a liberdade de expressão, que é uma cláusula pétreia, é limitada pela vedação ao anonimato: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato [...]” (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista da Análise de Discurso, a defesa da liberdade ganha sentidos opostos de acordo com a FD. Segundo Orlandi (2007), nos movimentos de maio de 68 na França, a liberdade, por um lado, funciona, à esquerda, na perspectiva de construir uma sociedade fundada nos valores sociais, democráticos e progressistas, e, por outro lado, numa FD de direita, a liberdade fundava-se numa visão que ia do neoliberalismo, pautado nos valores das livre iniciativas econômica e social e no individualismo, até a defesa da liberdade para sustentar, organizar e difundir ideias nazistas. Segundo Amorim e Guimaraes (2013), apesar de a legislação brasileira estabelecer os limites da liberdade, a imprensa profissional trabalha e difunde uma concepção de liberdade fundada em valores filosófico e político que buscam se aproximar do que é praticado nos EUA. Os autores contrapõem o que chamam de uma visão liberal de liberdade a uma visão republicana, na qual a liberdade está subordinada ao interesse da coletividade nacional.

Considerações finais

Nesta pesquisa, podemos constatar que os discursos são manifestações socioculturais de um povo ou de um Estado que levam, em sua constituição, os inúmeros sinais ideológicos por meio de suas marcas linguísticas.

A análise proposta foi realizada a partir dos acontecimentos políticos recentes no Brasil que tangenciam um tema de grande

importância na atualidade: a qualidade da democracia ou a própria existência dela. Optamos por um acontecimento repleto de simbolismo e que remete às memórias histórica e discursiva do período da ditadura militar no Brasil. Ancoramos nossas reflexões nas pesquisas de Indursky (2013) acerca do discurso presidencial daquele período. A partir de elementos linguísticos presentes no *corpus* analisado, foi possível constatar, a partir da memória discursiva, filiações de sentidos entre o discurso presidencial daquele período e o discurso presidencial atual. Tais filiações de sentido puderam também ser percebidas quando postos em análise os funcionamentos discursivos de democracia e de liberdade, que mudam de sentido de acordo com a FD que os coloca em funcionamento. A ideia de liberdade e democracia na FD, que atualmente chamaríamos de autoritária, aproxima-se da que foi analisada por Orlandi (2007) e nas análises de Amorim e Guimarães (2013).

Conclui-se, a partir disso, que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial examinadas no decorrer desta pesquisa sinalizam de modo inequívoco a natureza autoritária desse discurso, que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento em que simula sua representação.

Referências

- AMORIN, A. P.; GUIMARÃES, J. **A corrupção da opinião pública** - uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2014.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. *et al.* (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **O papel da memória**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

ORLANDI, E. P. Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso. **Revista Estudos de Linguagem**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed., Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décálogos**. v. 1, Iss.4, 2014.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-50.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, M. Sobre a (Des-)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Tradução de Celene M. Cruz; Clémence Joüe-Pastré. *In*: Línguas e Instrumentos Linguísticos, n. 2. Campinas: Pontes, p.07-32. 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos técnicos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. 3. ed. vista rev. atual. / Elaboração: Roziane do Amparo Araújo Michielini e Fabiana Marques de Souza e Silva. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/biblioteca/documentos/Guia-ABNT-completo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.